



Câmara Municipal

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei nº 104/2022 – *De autoria do Vereador Rui Nova Onda - Estabelece diretrizes para a implantação do Programa Jovem Atleta no Município de São João da Boa Vista, e dá outras providências.*

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo plenário.

PARECER FAVORÁVEL.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 29 de novembro de 2.022



LUIZ PARAKI



MERCÍLIO MACENA BENEVIDES

PASTOR CARLOS



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei do Legislativo nº 104/2022 – *De autoria do Vereador Rui Nova Onda* - Estabelece diretrizes para a implantação do Programa Jovem Atleta no Município de São João da Boa Vista, e dá outras providências.

Em relação à presente propositura, por ser legal e regimental, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

PARECER FAVORÁVEL

Plenário Dr. Durval Nicolau, 29 de novembro de 2.022



CARLOS GOMES



JOCELI MARIOZI



RUI NOVA ONDA

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

COMISSÕES

Justiça

DATA: 21 / 11 / 2022

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 104/2022

“Estabelece diretrizes para a implantação do Programa Jovem Atleta no Município de São João da Boa Vista, e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art. 1º. Esta Lei disciplina diretrizes para implantação do Programa Jovem Atleta no Município de São João da Boa Vista com o objetivo de incentivar práticas esportivas, a critério do Poder Executivo.

Art. 2º. A critério do Poder Executivo, o programa poderá ter as seguintes diretrizes:

- I - estimular hábitos de vida saudável entre os jovens;
- II - incentivar a prática de diversas modalidades de esporte;
- III - promover o incentivo da participação igualitária de alunos e alunas em práticas esportivas;
- IV - promover a premiação igualitária entre alunos e alunas em eventos esportivos municipais.

Art. 3º. Para a consecução dos objetivos do Programa, o Poder Executivo Municipal poderá:

- I - realizar competições entre os alunos e alunas das escolas públicas e privadas da Educação Básica do Município de São João da Boa Vista;
- II - buscar apoio junto à iniciativa privada para patrocínios dos campeonatos;
- III - firmar convênios com organizações não governamentais legalmente instituídas;

IV - realizar campanha de divulgação dos benefícios da prática do esporte junto aos pais dos alunos da rede pública municipal de ensino. Parágrafo único. Para concretização do disposto no inciso I, o Poder Executivo Municipal poderá promover competições oficiais anualmente, com a participação de alunos e alunas da rede pública e rede particular de ensino.

Art. 4º - Todos os órgãos da administração direta e indireta poderão fixar material informativo sobre a abertura das inscrições para o Programa Jovem Atleta.

Art. 5º - Outras medidas poderão ser adotadas para concretização do Programa Jovem Atleta, sob a coordenação do Departamento Municipal competente, sendo elas:

- I - data do desenvolvimento do Programa Jovem Atleta;
- II - modalidades esportivas;
- III - idade dos alunos e alunas de cada categoria;
- IV - horários e locais dos campeonatos;
- V - forma de premiação.

Parágrafo único - As medidas elencadas no Art. 5º não são exaustivas, cabendo ao Departamento Municipal competente a sua organização e implantação.

Art. 6º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 18 de novembro de 2022.


RUI NOVA ONDA
VEREADOR - UNIÃO

JUSTIFICATIVA:-.

O presente projeto de lei tem como objetivo estabelecer diretrizes para a implantação do Programa Jovem Atleta do Município de São João da Boa Vista, que busca incentivar práticas esportivas e desenvolver hábitos de vida saudável entre os jovens. No caso, o programa Jovem Atleta é previsto por meio de normas gerais a serem seguidas em âmbito municipal, que poderão ser regulamentadas e concretizadas pelo Poder Executivo por meio de provisões especiais, conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

06 12 22
APROVADO EM
PRIMEIRA DISCUSSÃO

12 12 22
APROVADO EM
SEGUNDA DISCUSSÃO

PRESIDENTE

PRESIDENTE